

Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

Ata

25ª Reunião de 7 de dezembro de 2022

Ao sétimo dia, do mês de dezembro, de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu, no auditório do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, o Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas, adiante designado CONCIG, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1 – Aprovação da ordem de trabalhos;-----

2 – Apresentação da ata da 24ª reunião;-----

3 – Ponto de situação da execução da ENICC 2022;-----

4 – Outros assuntos;-----

Presidiu à reunião a Senhora Alta-comissária para as Migrações, Sónia Pereira, doravante designada por Alta-comissária que, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018, de 29 de novembro, preside ao CONCIG. A secretariar a Alta-comissária esteve o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas (NACI), composto por Marisa Horta, coordenadora, e pelos/as técnicos/as do gabinete, Berill Baranyai, Inês Carapinha, Francisco Azul, Luís Pinto e Teresa Vieira. Esteve igualmente presente o Diretor do Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade, Francisco Neves.-----

Estiveram presentes na reunião os/as seguintes conselheiros/as do CONCIG: Telma Guerreiro

- Gabinete da Secretária de Estado da Igualdade e Migrações; Maria José Casa-Nova – Coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas; Maria José Vicente - Rede Europeia Anti-Pobreza; Francisco Monteiro - Obra Nacional de Pastoral dos Ciganos Paula Carvalheira – Representante da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Irene Bernardo - Representante da Direção-Geral da Educação (em substituição da conselheira Lina Varela); Cristina Pessoa - Representante da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; Carla Patrocínio - Representante do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P; Fátima Botão - Representante da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P; Rosa Lourenço (em substituição da conselheira Rosário Farmhouse) - Representante da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens; Mariana Bettencourt - Representante do Governo Regional da Madeira; António Danado – Representante da Associação Nacional de Freguesias; Elsa Mano – Representante do Instituto de Emprego e Formação Profissional (em substituição da conselheira Adélia Costa); Isabel Rodrigues – Representante do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana; Sónia Bastos - Representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses (em substituição da conselheira Anabela Freitas); Jorge Vala Investigador com trabalho relevante sobre pessoas ciganas; Osvaldo Grilo, representante de associações representativas de pessoas ciganas; Prudêncio Canhoto, representante de associações representativas de pessoas ciganas; Susana Silveira, representante de associações representativas de pessoas ciganas. A Conselheira Maria do Rosário Carneiro, pediu para o CONCIG ser avisado que não poderia estar presente por questões de saúde. -----

A Sra. Alta-comissária deu início à reunião pelas dez horas e quarenta e cinco minutos, passados 15 minutos da hora marcada, devido à inexistência de quórum, passando a pedir aos conselheiros e conselheiras que fizessem uma breve apresentação. À semelhança de reuniões anteriores, esta informou que a reunião seria gravada para efeitos de registo da ata.-----

Continuando a reunião, a Sra. Alta-comissária referiu a ordem de trabalhos, cujo teor foi aprovado por todos/as os/as conselheiro/as, e prosseguiu para o ponto 2 da mesma – aprovação da ata da 24ª reunião do CONCIG, tendo informado que foram recebidas propostas de alteração à mesma: por parte da representante da Comissão Nacional de Promoção dos

Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, que solicitou a retificação da sigla da CNPDPCJ. Também o conselheiro Francisco Monteiro solicitou uma alteração, considerando que ao invés de pessoas ciganas nómadas deve ler-se ciganos e ciganas nómadas compulsivos. Por último, a conselheira Ana Paula Bento pediu para que ao nome da DGAL se retirasse o I.P.. Não havendo mais alterações ou objeções, a ata foi aprovada e a Sra. Alta-comissária prosseguiu para o ponto 3 – Ponto de situação da execução da ENICC 2022. Neste tópico agradeceu a todas as entidades que têm implementado as medidas pelas quais são responsáveis e passou a palavra a Coordenadora do NACI, Marisa Horta para efetuar a apresentação do ponto de situação de execução da ENICC.-----

A Coordenadora do NACI começou por referir que este ano a ENICC prevê 68 medidas que devem ser atingidas até ao final de 2022, sendo que o reporte até agora recebido diz respeito ao 3º semestre, assim foi recebido até agora informação de 28 medidas, o que corresponde a uma execução de 41%. Das medidas que estão sob alçada do ACM, I.P. foram concretizadas as metas relacionadas com a formação, com o número de famílias e jovens apoiados/as pelo Programa Escolhas, o número de projetos apoiados pelo Programa de Apoio ao Associativismo Cigano-PAAC e o número de publicações do OBCIG, entre outras metas. Relativamente às metas não concretizadas, temos o número de projetos aprovados no âmbito do FAPE (que foram 11 em vez dos 20 previstos) devido à diminuição do orçamento deste Fundo em contraste com o aumento do PAAC, a não realização da ação de sensibilização com Associação Nacional de Proprietários, apesar das diversas insistências com a ANP e a não integração de pessoas ciganas nos cursos de formação de formadores, devido a constrangimentos procedimentais. Feita esta exposição a coordenadora do NACI deu a palavra aos restantes conselheiros/as para efetuarem uma breve apresentação do ponto de situação de execução das medidas a seu cargo.-----

A primeira conselheira a falar sobre o ponto de execução, foi Fátima Botão da ANQEP, que explicou que existiram alguns constrangimentos na execução das medidas, tendo em conta a pandemia, mas que os objectivos 3, 5 e 6 foram, em grande parte, concretizados. Já a conselheira Rosa Lourenço da CNPCJ, referiu que tinham apenas uma meta relacionada com a abrangência de todas as CPCJ pela formação de História e Cultura Cigana. Essa meta não foi concretizada, uma vez que a percentagem de CPCJ abrangidas foi de 77%, sendo o objetivo de 100%. De seguida tomou a palavra a conselheira Irene Bernardo da DGE, para referir que quase todas as medidas foram concretizadas, a colaboração com a DGEEC na preparação do questionário sobre a escolarização das comunidades ciganas. No que respeita à conferência anual do Ciclo de Conferências Comunidades Ciganas, aguarda-se o agendamento por parte das tutelas envolvidas. Por sua vez a representante da DGESTE, Cristina Pessoa, informou que os serviços estão a recolher informação sobre as medidas executadas e que logo que as mesmas estejam assim que as tiver na sua posse, irá partilhar os dados. A conselheira Paula Carvalheira da DGRSP, informou que a meta relativa à contratação de 4 mediadores não foi executada, por diversas razões, entre elas, a dificuldade em encontrar mediadores disponíveis, mas também porque a Instituição em causa não conseguiu reunir condições legais, logísticas e financeiras. Por outro lado, informou que foram efetuadas várias ações em História e Cultura Cigana dirigidas ao corpo de guardas prisionais e equipas técnicas e que em parceria com uma associação de Coimbra foi desenhado um projeto. De seguida tomou a palavra Elsa Mano, representante do IEFP, para dar conta de que as medidas relativas aos objectivos 4 e 6 estão globalmente cumpridas, embora o indicador da Medida 4.1.2., ao considerar apenas a contratação de mulheres ciganas no âmbito das medidas de apoio à criação de emprego, não reflita a totalidade do esforço realizado e dos resultados efetivamente obtidos no que respeita à integração de mulheres ciganas no mercado de emprego. Na continuidade da transmissão destas informações, Isabel Rodrigues, representante do IHRU explicou, que das 3 medidas sob alçada deste Instituto, aquela que ficou mais comprometida foi o “programa da habitação ao habitat” sobretudo devido à pandemia. Já as outras duas medidas, uma que conecta com a eliminação da carência habitacional e que está relacionada com o 1.º Direito - Programa de

Apoio ao Acesso à Habitação (neste momento já há 185 acordos de colaboração com Municípios) e a outra medida está interligada com a recuperação do património do IHRU.

-Na sequência desta informação, a Sra. Alta-comissária perguntou de que modo é monitorizado o impacto destas medidas na vida das pessoas ciganas. A representante do IHRU disse que não se mede esse impacto, porque não é feito um levantamento do número de pessoas ciganas a residir nas habitações detidas pelo IHRU. A Conselheira Maria José Casa-Nova solicitou informação quanto aos municípios que não estavam a integrar as pessoas ciganas na Estratégia Local de Habitação. A representante do IHRU referiu que desconhecia, tendo a Conselheira Maria José Casa-Nova insistido para que esta informação fosse recolhida e transmitida ao CONCIG. A Sra. Alta Comissária solicitou à representante do IHRU que esta informação lhe fosse remetida logo que possível. -----

Na senda da informação prestada, António Danado, representante da ANAFRE, tomou a palavra para questionar até que ponto as mudanças nas autarquias interferiram com a Estratégia Local de Habitação (ELH), considerando que a mesma é uma ferramenta política local, logo passível de revisões. Em resposta a representante do IHRU revelou que as revisões nas ELH, por conta das mudanças no poder autárquico, são no sentido de aprofundar mais os dados sobre as pessoas com necessidades habitacionais, de modo a que mais municípios possam usufruir do Programa 1º Direito. De seguida tomou a palavra a representante do IPDJ, Carla Patrocínio para referir que as atividades desenvolvidas junto dos/as jovens ciganos/as têm sido ao nível do voluntariado e ATL. Indicou que ao longo do trabalho desenvolvido, percebeu-se que existe uma maior aproximação aos/as técnicos/as e parceiros que estão no terreno, mas ainda é muito difícil conseguir-se saber quem são e quantos são os/as jovens que beneficiam desta intervenção, sobretudo devido às restrições na recolha e tratamento de dados étnico-raciais.-----

A Sra. Alta-comissária prosseguiu a reunião dando espaço para que os/as restantes conselheiros/as tomassem a palavra. A primeira conselheira a tomar a palavra foi Maria José Casa-Nova, revelando que o OBCIG disponibilizou quatro *Factsheets*, organizou 4 sessões de “À conversa com...”, elaborou um livro sobre a conferência internacional que teve lugar no ano passado e ainda deu nota de que o próximo seminário internacional do OBCIG iria decorrer na próxima semana na Universidade do Minho. De seguida foi a vez da Conselheira Susana Silveira partilhar a ideia de que é necessário realizar mais sessões de História e Cultura Cigana para quem trabalha com pessoas ciganas, tendo referido também a falta de inclusão de elementos de história e cultura cigana nos currículos escolares, assim como mencionando a importância da mediação nas várias áreas de intervenção. Explicou ainda que no concelho de Almada ainda existem muitas debilidades ao nível habitacional e diferenciações ao nível escolar. Por fim partilhou a história de uma menina cigana que veio da Irlanda para Portugal, que tem enfrentado dificuldades burocráticas na validação das suas equivalências. Nesse sentido as conselheiras que representam a DGE e DGESTE demonstraram disponibilidade para auxiliar na resolução deste caso. Antes de passar a palavra ao conselheiro Jorge Vala, a Sra. Alta-comissária deu nota de que até 30 novembro a equipa do NACI tinha dinamizado 4590 horas de formação, tendo sido abrangidas 1090 pessoas. O conselheiro Jorge Vala tomou a palavra para referir que os dados apresentados por cada entidade foram muito importantes, pelo que devia constar na ata da reunião na forma de anexos. Ainda na continuação das intervenções, tomou a palavra o conselheiro Prudêncio Canhoto para falar sobre a situação das pessoas ciganas de Beja e em particular do Bairro das Pedreiras. O conselheiro referiu que no espaço foram construídas 50 casas para albergar cerca de 500 pessoas, mas que com o passar do tempo foram sendo construídas barracas e por isso o número de pessoas a viver no bairro ronda, atualmente, as cerca de 900 pessoas, muitas delas crianças. Na opinião do conselheiro o bairro está abandonado pela Câmara e demais instituições. Em resposta ao conselheiro, a representante do IHRU referiu que o Município de Beja não incluiu as comunidades ciganas na sua ELH, mas que esta situação vai ser alterada pela Autarquia. Também a Sra. Alta-comissária revelou que o ACM acompanhou este processo, indicando que

o Município pretende enquadrar na ELH as 50 casas originais, mas que as barracas construídas não serão enquadradas. Em resposta a representante do IHRU disse que o 1º Direito prevê a possibilidade para todo o tipo de situação. Já a conselheira Maria José Casa-Nova, reforçou que é de grande importância o IHRU saber quais os Municípios que incluíram nas suas ELH as comunidades ciganas que vivem em barracas. A conselheira referiu ainda que até que estas medidas sejam implementadas, é necessário criar programas que possam minorar os problemas nestes locais. Em consonância com o que foi dito acima, o conselheiro Francisco Monteiro acredita que o 1º Direito pode ser a solução para resolver a degradação habitacional vivida pelas comunidades ciganas. Além disto, o conselheiro perguntou se há um plano governamental para as comunidades ciganas nómadas compulsivas. Em resposta ao conselheiro, a Sra. Alta-comissária disse que com a nova ENICC há possibilidade de incluir mais medidas relacionadas com as comunidades ciganas nómadas compulsivas. Ainda sobre o assunto relacionado com a habitação das comunidades ciganas, o diretor de departamento Francisco Neves referiu que em junho passado foi recebido um email sobre comunidades ciganas nómadas do Alentejo Central e que a partir desta situação, foram pensadas algumas soluções para esta questão. Neste sentido, foi conseguida uma reunião com vários municípios e entidades que estão diretamente relacionadas com o problema. Nesta reunião foi entendido que o município de Évora não pode ficar com todas essas pessoas no seu município e que por isso era necessário levar este problema a uma reunião intermunicipal. Assim, em setembro foi realizada uma reunião com a CIMAC. Na reunião todos os presidentes de Câmara intervieram e referiram que estavam disponíveis para receber comunidades ciganas nos seus territórios, mas era necessário fazer-se um levantamento do número de ciganos/as que vivem no Alentejo Central. O conselheiro Osvaldo Grilo disse que a iniciativa era muito boa, mas que receia que se algum destes municípios divergir, todo o trabalho vá por água baixo. Em resposta o diretor de departamento explicou que neste momento todos os municípios têm cumprido com o acordado, tendo sido criada uma comissão na CIMAC para mapear o número de pessoas ciganas nos municípios em questão. De seguida tomou a palavra a conselheira Mariana Bettencourt para efetuar um ponto de situação da Região Autónoma da Madeira. Esta disse que a comunidade cigana é pequena e está bem integrada, inclusive algumas entidades madeirenses têm formado mediadores de bairro, no âmbito de um programa denominado “Mediadores de Bairro”. Antes de terminar a sua intervenção, disse que em 2021 foi criada a Associação de Ciganos da Madeira, que os jovens estão integrados no sistema de ensino e que no âmbito do Plano Regional da Igualdade foi criado um “guia para a cidadania juvenil” que pode ser utilizado no trabalho com comunidades ciganas. Já o representante da ANAFRE manifestou a preocupação de que com a descentralização de competências, nomeadamente a ação social, deixará de ser governamental e passará a ser municipal, logo as repostas não serão todas iguais a nível nacional.-----

Após todas as exposições, a Alta-comissária passou ao ponto dos outros assuntos para referir o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos meses pelo NACI, nomeadamente o lançamento da 5ª edição do FAPE e do PACC, das visitas PLICC, da Tour Diego El Gavi, dos Círculos de Fala de Mulheres Ciganas, do Programa OPRE e do ROMA Educa, em estreita articulação com as associações ciganas. Feita esta exposição pediu a palavra o conselheiro Jorge Vala para sugerir que na nova ENICC seja englobada uma avaliação de impacto das medidas e uma clara dimensão financeira. Disse ainda que nas próximas reuniões do CONCIIG deveríamos falar sobre o lugar das comunidades ciganas na história de Portugal, bem como o papel da CICDR, nomeadamente a sua independência. Em resposta ao conselheiro a Sra. Alta-comissária disse que englobar uma avaliação de impacto e uma dimensão clara de financiamento, podem ser indicadas quando for elaborada a revisão da ENICC. Relativamente à sugestão sobre a CICDR e a sua independência, foi referido que essa discussão já ocorreu e neste momento o processo de autonomização da CICDR está em andamento. Sobre a questão de se incorporar nos manuais escolares o lugar das comunidades ciganas na história de Portugal, essa sugestão pode ser elaborada e enviada ao Conselho Nacional de Educação. Ainda em relação a esta

questão, a conselheira Maria José Casa-Nova deu nota de que o OBCIG fez uma candidatura a financiamento da UE para desenvolver um projeto Internacional em que o grande objectivo é dar visibilidade ao Holocausto cigano, bem como propor conteúdos para integrar nos Programas de História, elaborados pelos jovens ciganos que fazem parte do Projeto, sob supervisão da equipa de investigadoras do Projeto. Já a conselheira Mariana Bettencourt revelou que historicamente a Guarda Real era sobretudo composta por pessoas ciganas. Para concluir a reunião, o conselheiro Osvaldo Grilo disse que as pessoas ciganas querem contribuir e fazer parte da solução. Por fim, a Sra. Alta-comissária revelou uma infografia elaborada pelo ACM com dados do IAFP, sobre emprego e Comunidades Ciganas.-----
Não havendo mais pedidos de intervenção, a Sra. Alta-comissária deu por encerrada a 25ª reunião do CONSIG, agradecendo a participação de todos e todas.-----